

**LEI Nº 1.426, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011****ESTABELECE OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES PARA LEGISLATURA DE 2013 À 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica fixado em R\$ 6.012,00 (seis mil e doze reais), o subsídio mensal dos Vereadores de Santa Maria de Jetibá, para vigorar na legislatura que se iniciará em 1º de janeiro de 2013, é devido a partir de sua posse e será pago mensalmente.

**§ 1º** No subsídio do Vereador, é vedado o acréscimo de qualquer gratificação, abono, adicional, prêmio, verba de representação, ajuda de Custo, auxílio-moradia ou outra espécie remuneratória, na forma do artigo 39 § 4º da Constituição Federal.

**§ 2º** Ao vereador, no mês de dezembro, será devido 1 (um) 13º (décimo terceiro,) subsídio em valor idêntico ao subsídio mensal.

**Art. 2º** O Vereador que não comparecer a Sessão Ordinária ou comparecendo e não participar dos trabalhos de ordem do dia deixará de receber fração de 25% (vinte e cinco por cento) do subsídio mensal, salvo motivo justificado.

**§ 1º** Verificada a ocorrência nos termos do presente Artigo, o Presidente da Câmara comunicará ao órgão contábil para providenciar o desconto.

**§ 2º** O desconto previsto no caput deste artigo, não incidirá no subsídio dos Vereadores presentes à Sessão não realizada por falta de quorum ou por ausência de matérias a ser votada.

**§ 3º** No caso de licenciamento por motivo de doença, devidamente comprovado por atestado médico, o Vereador perceberá seus subsídios integrais até o 15º (décimo quinto) dia de afastamento. Após este período, observar-se-á o que dispõe a legislação previdenciária.

**Art. 3º** O subsídio dos Vereadores poderá ser reajustado quando o Prefeito Municipal promover a Revisão Geral dos vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, obedecendo aos mesmos índices e os limites estabelecidos pela Constituição Federal e Leis pertinentes.

**Art. 4º** Havendo realização de sessão legislativa extraordinária, seja convocada pelo Chefe do Executivo, pela Presidência ou a requerimento da maioria dos Vereadores, para apreciar regime de relevante interesse público, não haverá pagamento de qualquer verba compensatória ou indenizatória.

**Art. 5º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações consignadas no orçamento vigente - Elemento Despesas 3.1.90.11.000.

**Art. 6º** Fica o Presidente da Câmara autorizado a proceder limitações ou reduções no valor dos subsídios sempre que o total de despesas com a folha de pagamento, incluídos os gastos com os subsídios dos Vereadores, atingir os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Constituição Federal.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

**Art. 8º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua promulgação e de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Plenário "Doutor Floriano Guilherme", 29 de Dezembro de 2011.

**NELSON MIERTSCHINK**  
**Presidente da Câmara**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.

**LEI Nº 1.567, DE 24 DE MAIO DE 2013**

***CONCEDE REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS E DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES  
POLÍTICOS MUNICIPAIS DE SANTA MARIA DE JETIBÁ.***

Faço saber a todos os habitantes do Município de Santa Maria de Jetibá-ES, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral dos salários, vencimentos e proventos do pessoal e dos subsídios dos Secretários Municipais e demais Agentes Políticos de acordo com o Art. 3º da Lei Municipal 1507/2012, no percentual de 6,2% (seis vírgula dois por cento), a partir de 01 de maio de 2013.

**Parágrafo Único.** O percentual descrito no caput repõe integralmente a inflação apurada pelo INPC/IBGE, no período de Janeiro/2012 a Dezembro de 2012.

**Art. 2º** A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos alcança todos os servidores públicos municipal da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, incluindo ativos, inativos, pensionistas, contratados temporariamente, comissionados e também os agentes políticos vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com o disposto no Art. 37, Inc. X da Constituição Federal.

**Art. 3º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, previstas na Lei Orçamentária em execução no corrente exercício fiscal.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos à partir de 01 de maio de 2013.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 24 de maio de 2013.

**EDUARDO STUHR**  
**Prefeito Municipal**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.

**LEI Nº 1.618, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013****CONCEDE REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS E DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES  
POLÍTICOS MUNICIPAIS DE SANTA MARIA DE JETIBÁ.**

Faço saber a todos os habitantes do Município de Santa Maria de Jetibá - ES, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral dos salários, vencimentos e proventos do pessoal e dos subsídios dos Secretários Municipais e demais Agentes Políticos de acordo com o Art. 3º, da Lei Municipal nº 1507/2012, no percentual de 4,25% (quatro vírgula vinte e cinco por cento), a partir de 01 de Novembro de 2013.

**Parágrafo único.** O percentual descrito no caput repõe integralmente a inflação apurada pelo INPC/IBGE, no período de Janeiro/2013 a Outubro de 2013.

**Art. 2º.** A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos alcança todos os servidores públicos municipal da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, incluindo ativos, inativos, pensionistas, contratados temporariamente, comissionados e também os agentes políticos vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com o disposto no Art. 37, Inc. X da Constituição Federal.

**Art. 3º.** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, previstas na Lei Orçamentária em execução no corrente exercício fiscal.

**Art. 4º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos à partir de 01 de Novembro de 2013.

**Art. 5º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá, ES, 12 de Novembro de 2013.

**EDUARDO STUHR**  
**Prefeito Municipal**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.



**Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
Estado do Espírito Santo

**PORTARIA Nº 37/2015**

**Reajusta os subsídios mensais  
dos Vereadores.**

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando que a Assembléia Legislativa Estadual fixou os subsídios dos Deputados Estaduais em R\$ 25.322,55 à partir do mês de fevereiro/2015, pela Lei Estadual nº 10.317 de 22/12/2014;
- considerando que o limite máximo dos subsídios dos vereadores Santamarienses, nos termos do Art. 29, Inc. VI, alínea "b" da Constituição Federal é de R\$ 7.596,76 correspondendo a 30,00% dos subsídios dos Deputados Estaduais;
- considerando que os subsídios dos vereadores para a legislatura 2013/2016, foram fixados em R\$ 6.012,00, pela Lei 1426/2011, prevendo no Art. 3º o reajuste, em percentual igual àquele do reajuste dos servidores públicos municipais;
- considerando que os reajustes anuais dos servidores foram fixados em 6,2% pela Lei 1.567/2013 de 24/05/2013, em 4,25% pela Lei nº 1618/2013 de 12/11/2013 e em 4,2% pela Lei nº 1689/2014 de 18/05/2014, repondo a inflação medida pelo INPC/IBGE de Janeiro/2012 a Maio/2014;
- considerando que as referidas leis municipais autorizam expressamente o reajuste dos subsídios dos agentes políticos, nos mesmos percentuais, obedecidos os limites constitucionais;

**Hilário Boening**  
Presidente da Câmara  
2015/16



**Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
Estado do Espírito Santo

- considerando que desde 01/01/2013 os subsídios dos vereadores não foram reajustados;
- considerando o parecer da Controladoria Geral Interna, que conclui pela legalidade da reposição das perdas inflacionárias, autorizadas pelas leis municipais referidas e em iguais percentuais, acumulados em **15,36%**;
- considerando que existe dotação orçamentária e recursos financeiros suficientes para cobrir os acréscimos das despesas decorrentes deste ato, nos limites com os gastos com pessoal da Câmara Municipal, nos termos do Art. 29-A, §1º da Constituição Federal;
- considerando o disposto no Art. 29, Inc. IV, alínea "b" c/c Art. 37, Inc. X da Constituição Federal, no Art. 33, Inc. II da Lei Orgânica, nas Leis Municipais nºs 1426/2011, 1567/2013, 1618/2013 e 1689/2014 e no Art. 40, Inc. III, alínea "b" do Regimento Interno da Câmara Municipal e tudo o que mais consta do processo nº 84/2015;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Atualizar monetariamente o valor dos subsídios dos vereadores, no percentual de **15,36%**, correspondente à inflação acumulada de Janeiro/2012 a Maio/2014, apurada pelo INPC/IBGE, para fixar o valor bruto dos subsídios em **R\$ 6.935,44** (seis mil, novecentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), à partir de 01/02/2015.

**Art. 2º** Determinar à Chefe da Tesouraria e Recursos Humanos que faça as anotações pertinentes na ficha funcional individual do Vereador, efetuando os pagamentos

Hilário Boening  
Presidente da Câmara  
2015/16.



**Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
Estado do Espírito Santo

respectivos, com os descontos previdenciários, retenção do imposto de renda na fonte (IRRF) e outros pertinentes.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e os seus efeitos, retroativos a 1º de Fevereiro de 2015.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

Santa Maria de Jetibá-ES, 13 de fevereiro de 2015.

  
**HILÁRIO BOENING**  
Presidente da Câmara Municipal

**LEI Nº 1765, DE 03 DE JUNHO DE 2015****CONCEDE REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS E DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES  
POLÍTICOS MUNICIPAIS DE SANTA MARIA DE JETIBÁ.**

O **Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá**, Estado do Espírito Santo. Faço saber a todos os habitantes do Município de Santa Maria de Jetibá-ES, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral dos salários, vencimentos e proventos do pessoal e dos subsídios dos Secretários Municipais e demais Agentes Políticos de acordo com o Art. 3º da Lei Municipal 1507/2012, no percentual de 3,23% (três vírgula vinte e três por cento), a partir de 01 de maio de 2015.

**Parágrafo único** - O percentual descrito no caput repõe integralmente a inflação apurada pelo INPC/IBGE, no período de maio a dezembro de 2014.

**Art. 2º.** A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos alcança todos os servidores públicos municipal da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, incluindo ativos, inativos, pensionistas, contratados temporariamente, comissionados e também os agentes políticos vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com o disposto no Art. 37, Inc. X da Constituição Federal.

**Art. 3º.** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, previstas na Lei Orçamentária em execução no corrente exercício fiscal.

**Art. 4º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos à partir de 01 de maio de 2015.

**Art. 5º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.**

Santa Maria de Jetibá, ES, 03 de Junho de 2015.

**EDUARDO STUHR  
PREFEITO MUNICIPAL**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.

**LEI Nº 1902, DE 22 DE AGOSTO DE 2016****FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA DE 2017 A 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.****O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** O subsídio mensal dos Vereadores de Santa Maria de Jetibá, para vigorar na legislatura que se iniciará em 1º de janeiro de 2017 é fixado em R\$ 6.500,00 (seis mil quinhentos reais) devido à partir da posse e será pago mensalmente.

**§1º.** No mês de dezembro de cada ano, será pago ao Vereador, o 13º (décimo terceiro) subsídio, em valor igual ao subsídio mensal.

**§2º.** É vedado o acréscimo de qualquer gratificação, abono, adicional, prêmio, verba de representação, ajuda de custo, auxílio moradia ou qualquer outra remuneração, além, do subsídio mensal e do 13º (décimo terceiro) subsídio, exceto diárias ou indenizações de eventuais despesas reembolsáveis.

**Art. 2º.** O Vereador que faltar injustificadamente às sessões ordinárias, ou comparecendo e não participar dos trabalhos da ordem do dia, será punido com o corte de 25,00% (vinte e cinco por cento) do subsídio mensal, mediante desconto imediato na folha de pagamento mensal.

**§1º.** Verificada a ocorrência prevista neste artigo, o Presidente da Câmara determinará ao órgão contábil e financeiro, para providenciar o desconto.

**§2º.** O desconto previsto no "caput" deste artigo, não incidirá, caso a sessão não se realize, por falta de quórum ou ausência de matéria a ser votada.

**§3º.** No caso de licenciamento por motivo de doença, devidamente comprovado, por atestado médico, o Vereador receberá seus subsídios integrais, até o 15º dia do afastamento e, à partir de 16º dia, receberá o benefício previdenciário do regime geral de previdência social.

**§4º.** Caso o benefício previdenciário seja inferior ao valor do subsídio, observados os descontos previdenciários e aqueles tributários, a Câmara Municipal complementará o valor até o limite do subsídio líquido do Vereador, deduzidos os descontos previdenciários e tributários.

**Art. 3º.** O subsídio dos Vereadores poderá ser reajustado quando o Prefeito Municipal promover a revisão geral dos vencimentos dos servidores públicos municipais, obedecendo aos mesmos índices e os limites estabelecidos pela Constituição Federal e Leis pertinentes, com a reposição dos índices inflacionários, à partir de maio/2016, inclusive, nos termos da Lei Municipal nº 1855/2016.

**Art. 4º.** Não haverá qualquer pagamento de verba compensatória ou indenizatória, por qualquer sessão extraordinária a ser realizada pela Câmara Municipal.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta das dotações consignadas nos orçamentos previstos para os exercícios de 2017 a 2020.

**Art. 6º.** Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a proceder limitações ou redução no valor dos subsídios dos Vereadores, sempre que o total das despesas com folha de pagamento, atingir os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Constituição Federal.

**Art. 7º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e os seus efeitos à partir de 1º de janeiro de 2017.

**Art. 8º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 22 de Agosto de 2016.

**ARCÍLIO AGNER**  
**Prefeito Municipal em exercício**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.